



Boletim Nº 14 | 2012

**CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS**



**IX ENCONTRO NACIONAL DOS DESPACHANTES OFICIAIS**



## CONTATOS

**Site CDO – [www.cdo.pt](http://www.cdo.pt)**  
**Mário Matos de Oliveira – Director Executivo**  
**E-Mail: [matos.oliveira@c-directivo.pt](mailto:matos.oliveira@c-directivo.pt)**

**Webmaster & Serviços Informáticos**  
**E-mail: [informatica@despachante.cdo.pt](mailto:informatica@despachante.cdo.pt)**

**CDO Sede/secção de Lisboa**  
**Rua D. Luís I, 5 -6.º**  
**1249-286 Lisboa**  
**Telef.: +351 21 393 13 20/1**  
**Fax: +351 21 393 13 29**  
**E-Mail: [geral.lisboa@cdo.pt](mailto:geral.lisboa@cdo.pt)**

**CDO Sede/secção do Porto**  
**Av. Mário Brito, 4142 - 2.º**  
**Apartado 5001**  
**4455-901 Perafita**  
**Telef.: +351 22 996 2079/80**  
**Fax: +351 22 995 81 81**  
**E-Mail: [geral.porto@cdo.pt](mailto:geral.porto@cdo.pt)**

# Índice

<b>EDITORIAL .....</b>	<b>5</b>
<b>NOS 148 ANOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESPACHANTE</b>	
<b>OFICIAL .....</b>	<b>6</b>
<b>NACIONAL .....</b>	<b>7</b>
<b>FIABILIDADE DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA EUROPEIA.....</b>	<b>9</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA COMUNITÁRIA.....</b>	<b>12</b>
<b>CEN STANDARDS DE COMPETÊNCIA.....</b>	<b>13</b>
<b>IX ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS .....</b>	<b>16</b>
<b>LISTAGEM DE DESPACHANTES OFICIAIS .....</b>	<b>25</b>
<b>INTERNACIONAL .....</b>	<b>28</b>
<b>REFLETINDO.....</b>	<b>30</b>





**CONTACTE-NOS:**  
**Rede Fixa:** 217 913 700 / 226 070 600  
**Rede Móvel:** 964 643 600 / 601 / 603  
**Linha Azul:** 808 201 269  
**E-mail:** cosec@cosec.pt



## A COSEC ESTÁ ONDE ESTIVER O SEU NEGÓCIO.

Num mercado global cada vez mais competitivo, em que as novas tecnologias abrem novos caminhos e encurtam as distâncias, as melhores oportunidades para o seu negócio poderão estar lá fora.

Com mais de 40 anos de experiência, a COSEC apresenta um vasto leque de **Soluções de Seguro de Créditos** que permite apoiar a actividade comercial e a internacionalização das empresas portuguesas. Presente nos 5 continentes, a COSEC opera em mais de 52 países através da rede internacional da Euler Hermes, líder mundial em seguro de créditos, tendo assim acesso às melhores fontes de informação.

Segure o sucesso do seu futuro lá fora com a COSEC, a empresa nacional líder em seguro de créditos.

**EXPORTAR,**  
CONNOSCO É MAIS SEGURO.



**COSEC**

COMPANHIA DE SEGURO DE CRÉDITOS, S.A.

# Ficha Técnica

## PROPRIEDADE E EMISSÃO:

CDO-CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS

Rua D. Luís I, 5, 5º – 1249-286 Lisboa – Tel 213 931 320 – Fax 213 931 329 – [www.cdo.pt](http://www.cdo.pt)

## DIRECTOR:

DR FERNANDO CARMO

## COORDENAÇÃO E REDACÇÃO:

AVELINO ROCHA RIBEIRO

## COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

GRÁFICA MAIADOURO, SA

## DEPÓSITO LEGAL:

237 225/06

## TIRAGEM:

1000 EXEMPLARES

# Editorial

## Desafio

Aproxima-se mais um desafio, dos inúmeros a que vimos estando habituados.

Foi anunciado que no próximo dia 1 de Janeiro, entrará em produção, o Sistema STADA – Importação, Declaração Eletrónica.

Admitindo, como desejamos que o sistema funcione adequadamente, não podemos aqui deixar de evidenciar, as novas exigências e responsabilidades que o mesmo acarreta para o seu utilizador, designadamente para o Despachante Oficial.

Para além do cuidado que deve ser posto, como habitualmente, na análise dos documentos, não podemos deixar de ter em atenção que iremos passar a ser constituídos como fiéis depositários dos documentos de suporte da declaração, com as respetivas consequências.

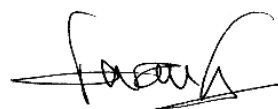
Por outro lado, lembro aqui, e mais uma vez, a conveniência para o Despachante Oficial de se munir previamente de uma procuração, emitida pelo seu cliente, de modo a poder atuar sob o regime de repre-

sentação direta, assim se evitando problemas posteriores à respetiva intervenção.



Lembro ainda que, no âmbito do Regime da Caução Global para Desalfandegamento, a representação direta é legalmente admissível.

Um abraço do Amigo

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'F. Carmo'.

Fernando Carmo  
Presidente da CDO

# Nos 148 anos da institucionalização do Despachante Oficial

A procura de encontrar as suas próprias raízes, é típica do Homem. Procuramos saber quem somos, por referência aos que nos precederam, ao longo de gerações que se perdem no tempo. De igual modo o fazemos nas organizações e nas actividades que desempenhamos. Recuamos no tempo, na procura dos alicerces sobre os quais foi construído o nosso presente e sobre os quais será edificado o nosso futuro.

Consultam-se bibliotecas, revisitam-se documentos, interpretam-se de modo mais ou menos lato referências, tudo nessa sede incessante de firmar em sólida rocha, a nossa própria identidade.

Alguns textos antigos, como a muito citada Descrição da Cidade de Lisboa que Damião de Góis escreveu em meados do século XVI, possuem descrições de gente executando determinadas actividades, que – com algum esforço e muita benevolência – se poderia considerar descreverem a actividade de um despachante.

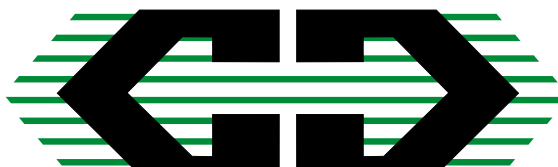
Mas, onde sem margem para dúvidas, a figura do Despachante surge pela primeira vez consagrada sob a forma de lei, é pelo Decreto n.º 7 de 7 de Dezembro de 1864. Neste diploma, sua Magestade El-Rei D. Luís I, (curiosamente a CDO tem sede em rua com o seu nome), decreta que *“São competentes para despachar... Os despachantes de navios e mercadorias...”* e acrescenta *“Para ser despachante é necessário: I) Ter dezoito annos*

*completos de idade; II) Saber ler, escrever e contar; III) Provar o seu bom comportamento moral e civil; IV) Não ter sido condemnado em tempo algum pelos crimes de contrabando, descaminho de direitos, roubo, furto, estelionato ou de moeda falsa; V) Prestar fiança idónea.”*

Segue o referido decreto com outras disposições, sobre o quadro de despachantes, as fianças, os alvarás de nomeação, etc. E curiosamente, estabelece ainda que, *“no provimento dos logares das alfândegas terão preferência em igualdade de circunstâncias, os despachantes e os ajudantes de despachante, quando provarem por documentos passados pelos respectivos directores sua aptidão e bom comportamento no exercício da sua profissão.”*

O dia 7 de Dezembro de 1864, marca pois a institucionalização de uma profissão – a de despachante – cujas origens são muito incertas, mas que é descrita desde alguns séculos antes. Recordamo-lo hoje na passagem dos seus cento e quarenta e oito anos, como sendo o dia do Despachante Oficial em Portugal.

O CONSELHO DIRECTIVO





# Nacional

## Formação Profissional dos Empregados dos Despachantes Oficiais



Com início a 6 e 8 de Outubro e termo em 3 e 4 de Dezembro, em Lisboa e no Porto, respectivamente, realizou-se mais um curso de Formação Profissional para Empregados dos Despachantes Oficiais, com os seguintes temas:

- Responsabilidade Aduaneira (Fiscal, Infraccional, Tributária, Civil.....)

- Valor Aduaneiro – Normas aplicáveis e novos comentários do CTVA
- Origens Preferenciais + Regulamento SPG (1063/2010)
- Incoterms 2010

## NOVO FORMULÁRIO ELECTRÓNICO DO INTRASTAT 2013

Promovidas pelo Instituto Nacional de Estatística, realizaram-se duas sessões de apresentação do tema em epígrafe,

na sede das secções da CDO, em Lisboa e no Porto, nos dias 20 e 26 de Novembro, respectivamente.



## Prestação de Garantias (Certificados Agrex) – Bens de Dupla Utilização

Em colaboração com a divisão de licenciamento da AT, realizaram-se duas sessões de formação, em Lisboa e no Porto, sobre a Prestação de Garantias nos Certificados Agrex e sobre os Bens de Duplo Uso.

Cada um destes módulos, com aproximadamente duas horas, foi ministrado sequencialmente, com o seguinte programa:

### PROGRAMA:

#### PORTO: Dia 12 de Dezembro de 2012

14/16 horas – Prestação de Garantias nos Certificados Agrex;  
16/18 horas – Bens de Duplo Uso.

#### LISBOA: Dia 13 de Dezembro de 2012

09/11 horas – Prestação de Garantias nos Certificados Agrex;  
11/13 horas – Bens de Duplo Uso.

## PROVA DE AVALIAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA AO CURSO DE FORMAÇÃO E DE ACESSO A DESPACHANTE OFICIAL 2012

### Listagem de notas de AVALIAÇÃO FINAL NACIONAL

NOME	NOTA
DRA. AMÉLIA MARIA SANTOS LADEIRAS BELEZA DE VASCONCELOS	APROVADA
DR. ANDRÉ FILIPE SALVADOR DE SOUSA	APROVADO
DRA. CLÁUDIA SOFIA OLIVEIRA MARQUES	APROVADA
DR. LUÍS PEDRO DOS SANTOS LADEIRAS	APROVADO
DRA. MARIA ALEXANDRA DOS SANTOS TROVISCO AIRES VARGAS	APROVADA
DR. NUNO MIGUEL RAMOS PEIXOTO	APROVADO
DRA. RAQUEL SOFIA DE JESUS MONTEIRO CARVALHO DA SILVA	APROVADA



**F·REGO** CORRETORES DE SEGUROS  
INSURANCE BROKERS



F·REGO - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Apt. 439 · Av da República, 740 · 2º s. 23-25 · 4431-967 V. Nova Gaia · Portugal

Tel. +351 22 374 57 60 · Fax +351 22 374 57 69 · geral@frego.pt · www.frego.pt

ESPECIALISTAS NA ÁREA ADUANEIRA E TRÂNSITÁRIOS



# *A Fiabilidade da Informação Legislativa Europeia Comunitária*

Se a Europa atravessa um problema de sustentabilidade demográfica devido ao baixo número de nascimentos, o mesmo não se pode dizer da produção legislativa, da qual resulta uma taxa de natalidade de regulamentos comunitários, de causar inveja aos mais prolíferos. Em matéria aduaneira ou com ela conexa, os resultados são mesmo avassaladores como qualquer profissional atento constata diariamente.

O Código Aduaneiro Comunitário tem sido sucessivamente objecto de revisões, aditamentos, alterações, e até de uma nova formulação – o chamado Código Aduaneiro Modernizado – que apenas entrou em vigor para uma pequena parcela de normas, principalmente relacionadas com a área de segurança. Enquanto esperava em “banho maria” pelo desenvolvimento das respectivas disposições de aplicação, foi atingido pela necessidade de revisão que o conformasse às disposições do Tratado de Lisboa, após o que teve que ser reciclado e reaparece – qual fénix renascida – rebaptizado de Código Aduaneiro da União. O processo ainda não está fechado, ou seja, apesar da Comissão pretender admitir apenas pequenas alterações não substanciais em temas restritos (a chamada área cinzenta), resguardando a maior parte do texto legislativo (área branca) de qualquer modificação, a verdade é que vários Estados Membros estão a avançar com propostas de modificação que não respeitam esta divisão.

Para mais, o processo de desenvolvimento das disposições de aplicação, que ainda não estava terminado, terá necessariamente que retroceder a pontos já previamente concluídos, para os adaptar às modificações que surgem no quadro do código Modernizado + Revisto = União.

O novo CAU (Código Aduaneiro da União), assenta a sua estrutura numa base essencialmente tecnológica. De facto faz sentido que a circulação e operacionalização de docu-

mentos e procedimentos dentro do espaço europeu considerando as muitas centenas de alfândegas e estâncias aduaneiras existentes nos 27 Estados Membros (28 a partir de 2013 com a entrada da Croácia) seja feita através de procedimentos electrónicos que reforçam o controlo, conferem fiabilidade e segurança aos procedimentos de certificação, evitam a perda de comprovativos essenciais para que os operadores económicos possam cumprir com as suas obrigações declarativas e salvaguardem as suas responsabilidades fiscais ou outras.

No entanto a implementação destes mecanismos, pela complexidade que envolvem, nomeadamente a existência de sistemas informáticos diferentes que têm que “falar” entre si, não é tarefa fácil. Muitas das funcionalidades não se prevê que possam estar concluídas antes de 2020, sendo que alguns observadores experimentados, consideram esta data irrealista.

A alteração das normas sobre o SPG, introduzidas no CAC pelo Regulamento 1063/2010, estatuem para um conjunto muito significativo de normas, a sua entrada em aplicação em 1 de Janeiro de 2017, data prevista para que todos os suportes informáticos necessários à sua aplicação, estejam concluídos.

Mas este é apenas um dos passos na enorme escadaria da informatização que o CAU introduz. A data de 2020 é uma fronteira limite para a implementação de todos estes processos, sendo certo que não se espera que eles entrem em aplicação em conjunto nessa data, mas que vão sendo paulatinamente incrementados ao longo do período em referência.

Julgo oportuno deixar aqui a propósito, uma nota que, apesar de me parecer por demais óbvia, não deve ser omitida. O processo legislativo é dinâmico por natureza para responder às necessidades da sociedade. As administrações aduaneiras continuam a ser 27 (e vão ser mais), e as necessidades, a inteligência, e a inventiva não se esgotaram nesta actual casta dirigente. Quero dizer, “le monde va de soi même”, e novas questões, dinâmicas e iniciativas vão continuar a brotar, à velocidade vertiginosa a que a vida as impõe. Como se diz, “nada é mais permanente do que a mudança”, e portanto os tempos em que todos sabíamos qual a legislação e os procedimentos aplicáveis em cada caso, começa a rarear.

Exemplo bem claro disto, vivemos já hoje, porque, no documento fundamental e base do trabalho aduaneiro, que é o Código Aduaneiro Comunitário, não existem versões consolidadas que permitam a um profissional, ter acesso seguro à legislação consolidada em vigor. Para agravar a situação, encontram-se na internet, versões que se anunciam

como consolidadas a Março de 2011, mas que estranhamente não incorporam regulamentos comunitários (v.g. o anteriormente citado 1063/2010), como o utilizador mais atento poderá constatar.

Também as Disposições de Aplicação do Código, são tantas vezes alteradas, nomeadamente nos seus anexos, que se torna difícil, acertar com o que está ou não em vigor. E existe também um desfasamento no tempo entre o qual as medidas são já do conhecimento das autoridades aduaneiras dos EM e a sua publicação no jornal oficial. Exemplo claro desta matéria é a publicação de notas à nomenclatura combinada e a publicação de regulamentos de classificação, os quais só são do conhecimento dos despachantes (responsáveis pela acção declarativa) muito depois da própria administração, que participa dos comités em Bruxelas, saber como interpretar uma disposição pautal, ou como efectivamente se classifica uma determinada mercadoria.

Em conclusão, existe uma significativa lacuna na disponibilidade da legislação integrada e que deve constituir motivo de particular atenção para todos os despachantes.

Uma nota final, que não tendo a ver com a disponibilização de informação, tem a ver com as consequências que resultam dos erros cometidos, muita vezes pela razão apontada. Não se compreende o que se passa com o Conselho Técnico Aduaneiro. Desde há cerca de dois anos que este órgão se encontra imobilizado, com as evidentes consequências negativas sobre os processos técnicos pendentes de resolução, e os seus efeitos sobre os operadores económicos. Nem a integração na AT pode justificar esta aparente falta de sensibilidade para os particularismos tão próprios da actividade aduaneira. O CTA precisa de ser reformulado no seu modelo de construção, mas precisa urgentemente de ser colocado em funcionamento. A integração deve supor que se aproveite o melhor das instituições integradas e não parece ser esse o caminho seguido no caso vertente.

# Jurisprudência Comunitária

**Acórdão do Tribunal de Justiça (Terceira Secção) de 6 de setembro de 2012 (pedido de decisão prejudicial do Bundesfinanzhof – Alemanha) – Döhler Neuenkirchen GmbH/Hauptzollamt Oldenburg (Processo C-262/10) (1)**

**[«Código Aduaneiro Comunitário – Regulamento (CEE) n.º 2913/92 – Artigo 204.º, n.º 1, alínea a) – Regime de aperfeiçoamento ativo – Sistema suspensivo – Constituição de uma dívida aduaneira – Incumprimento da obrigação de apresentação da relação de apuramento no prazo estabelecido»]**

(2012/C 355/04)

## **Dispositivo**

O artigo 204.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento (CEE) n.º 2913/92 do Conselho, de 12 de outubro de 1992, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário, conforme alterado pelo Regulamento (CE) n.º 648/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de abril de 2005, deve ser interpretado no sentido de que a violação da obrigação de apresentar a relação de apuramento à estância de controlo, dentro dos 30 dias a partir do termo do prazo de apuramento, prevista no artigo 521.º, n.º 1, primeiro parágrafo, primeiro travessão, do Regulamento (CEE) n.º 2454/93 da Comissão, de 2 de julho de 1993, que fixa determinadas disposições de aplicação do Regulamento n.º 2913/92, conforme alterado pelo Regulamento (CE) n.º 214/2007 da Comissão, de 28 de fevereiro de 2007, implica a constituição de uma dívida aduaneira no que respeita ao conjunto das mercadorias de importação a apurar, incluindo as reexportadas para fora do território da União Europeia, na medida em que se considere que as condições estabelecidas no artigo 859.º, ponto 9, do referido Regulamento n.º 2454/93 não estão preenchidas.

(1) JO C 246, de 11.9.2010.

**Acórdão do Tribunal de Justiça (Terceira Secção) de 6 de setembro de 2012 (pedido de decisão prejudicial do Finanzgericht Hamburg – Alemanha) – Eurogate Distribution GmbH/Hauptzollamt Hamburg-Stadt**

**(Processo C-28/11) (1)**

**[Código Aduaneiro Comunitário – Regulamento (CEE) n.º 2913/92 – Artigo 204.º, n.º 1, alínea a) – Regime de entreposto aduaneiro – Constituição da dívida aduaneira por incumprimento de uma obrigação – Registo tardio na contabilidade de existências de informações relativas ao levantamento da mercadoria do entreposto aduaneiro]**

(2012/C 355/05)

## **Dispositivo**

O artigo 204.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento (CEE) n.º 2913/92 do Conselho, de 12 de outubro de 1992, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário, conforme alterado pelo Regulamento (CE) n.º 648/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de abril de 2005, deve ser interpretado no sentido de que a violação da obrigação de apresentar a relação de apuramento à estância de controlo, dentro dos 30 dias a partir do termo do prazo de apuramento, prevista no artigo 521.º, n.º 1, primeiro parágrafo, primeiro travessão, do Regulamento (CEE) n.º 2454/93 da Comissão, de 2 de julho de 1993, que fixa determinadas disposições de aplicação do Regulamento n.º 2913/92, conforme alterado pelo Regulamento (CE) n.º 214/2007 da Comissão, de 28 de fevereiro de 2007, implica a constituição de uma dívida aduaneira no que respeita ao conjunto das mercadorias de importação a apurar, incluindo as reexportadas para fora do território da União Europeia, na medida em que se considere que as condições estabelecidas no artigo 859.º, ponto 9, do referido Regulamento n.º 2454/93 não estão preenchidas.

(1) JO C 246, de 11.9.2010.



# *CEN Standards de Competência*

Depois de quatro anos de trabalho e principalmente de debate entre a CONFIAD e o CLECAT, alcançou-se finalmente em Julho deste ano, um acordo final sobre o projecto de criação de um programa standard de competência profissional, como requisito para o exercício da actividade de despachante oficial no espaço europeu.

Mas recuemos um pouco no tempo para enquadrar devidamente todo este processo, que apesar de tudo está ainda longe de se encontrar concluído. Como sabemos a revisão do Código Aduaneiro Comunitário (Reg. 2913/92), trouxe como imposição da Comissão Europeia, a remoção do célebre – e ainda vigente – art.º 5.º segundo o qual os Estados Membros poderiam reservar para os profissionais aduaneiros uma das modalidades de representação – a directa (o representante actua em nome e por conta do representado), ou a indirecta (o representante actua em seu próprio nome mas por conta do representado). Sabemos bem que em Portugal, onde a forma de representação reservada aos profissionais foi a directa, essa vantagem se revelou escassa de resultados pois a utilização massiva do mecanismo de caução global para o desalfandegamento ( Dec. Lei 289/88), anulava automaticamente a modalidade de representação directa. Também uma ausência inicial de visão estratégica, e a força de uma certa concorrência cega, conduziram os profissionais despachantes para uma situação de subordinação aos riscos muito elevados da solidariedade na dívida aduaneira. A alteração introduzida na lei do Orçamento de Estado para 2012, e que veio permitir que mesmo com a utilização da caução global, os efeitos da representação directa vigorem após a liquidação da dívida aduaneira, foi uma conquista “suada” pela qual o Conselho Directivo lutou afincadamente anos a fio.

Com a remoção do art.º 5.º surge no entanto, no Código Aduaneiro Modernizado (MCC), e graças ao trabalho desenvolvido principalmente pelo Presidente da CDO junto da Comissão, a figura do “Representante Aduaneiro”. É o art.º 11.º, no qual se consagra este estatuto profissional, estabelecendo-se aqui que, cabe aos Estados Membros definir nos termos do direito comunitário, as condições em que o Representante Aduaneiro pode prestar serviços no Estado Membro em que está estabelecido. Mas acrescenta que, os

Representantes Aduaneiros que queiram declarar noutro Estado Membro, devem cumprir com os requisitos estabelecidos no art.º 14 alíneas a) a d), ou seja, terem bom registo de prestação de serviços, adequados registos comerciais capazes de serem controlados, solvabilidade, ..... e COMPETÊNCIA.

É justamente neste ponto que se começam a levantar os primeiros problemas. O que é competência?, Como se define?, Quais os modelos?, Quais os conteúdos que comporta?, Como se avalia?

Para todas estas questões é preciso encontrar uma resposta adequada, o que não se afigura fácil. E é preciso ter em conta que sendo um modelo europeu, onde a diversidade cultural que envolve o exercício da actividade de declarar perante as alfândegas, de promover o cumprimento das regras de conformidade, e garantir a devida cobrança de taxas aduaneiras e impostos sobre o consumo, produz visões e práticas tão distintas, conduz a uma permanente tensão sobre a escolha do padrão.

O Instituto Aduaneiro do CLECAT, sob a presidência de Fernando Carmo, e a CONFIAD, onde a CDO é membro fundador, assinaram um memorando de entendimento no sentido de promoverem em conjunto um processo de criação de um standard europeu de competência, o que mereceu aliás o apoio da própria Comissão Europeia. As dificuldades no entanto foram grandes, pois um grupo de países como Portugal, Espanha e França que participam simultaneamente nas duas organizações, tiveram que desenvolver um esforço titânico para forçar um ponto comum de entendimento, por um lado entre as propostas de vários países que integram o CLECAT e que têm uma visão muito liberal (por vezes até, quase anti profissional) da figura do despachante, e as propostas de alguns membros da CONFIAD, que têm uma visão mais ligada ao exercício de uma profissão aduaneira tal qual ela foi historicamente exercida até hoje.

E é bom recordar que este modelo não é um particularismo dos países do sul da Europa (como muitas vezes se tenta vender), mas está largamente difundido pelo mundo, em toda a América do Sul e Central, na América do Norte (México, Estados Unidos da América e Canadá), em grande parte do continente Africano até à bacia do mediterrâneo, em muitos países asiáticos nomeadamente na China, no Japão, na Coreia, na Índia nas Filipinas etc, em muitos países da Europa de Leste como na Rússia, Moldávia, Ucrânia entre outros, na Austrália...

O referido memorando de entendimento deu lugar ao desenvolvimento de um projecto de standard de competência, entre debates de ideias, naturalmente influenciadas pela visão e pela experiência de cada um dos participantes, mas que logrou atingir a acei-

tação das principais associações nacionais de despachantes e agentes transitários da Europa, representados nas duas entidades co-promotoras.

Deu-se agora início a uma nova etapa. A submissão do projecto aos organismos nacionais de standardização (CEN), para receber propostas de adopção por parte de um deles, que assumirá a condução do processo junto de todos os demais. Este processo que envolve os 27 Estados Membros, durará cerca de 3 anos até à criação do Standard de Competência.

Quanto aos conteúdos deste modelo de competência, ele não diverge muito das exigências programáticas que actualmente são exigidas em Portugal para obter a aprovação no exame para Despachante Oficial. E este aspecto é da maior importância. Nunca acreditámos, nem acreditamos, que se possa servir bem os interesses dos importadores e exportadores e os interesses da fazenda pública e da defesa e protecção dos consumidores e da comunidade, sem um elevado grau de competência, sem um conhecimento consolidado e testado em provas públicas. Não acreditamos em amadorismo nem em improvisação. Um representante aduaneiro tem que possuir um conhecimento sólido e mais ainda, saber manter-se em actualização permanente. Só assim ele será um facilitador e promotor do comércio internacional, um pivô entre o Estado e os Operadores Económicos.

O Standard de Competência será esse instrumento transversal para uma prática aduaneira de qualidade na Europa.



Mário de Matos Oliveira

# IX – Encontro Nacional dos Despachantes Oficiais

## Nova Lei das Associações Públicas Profissionais Consequências para a profissão dos Despachantes Oficiais

Fátima, 20 de Outubro de 2012  
António Côte-Real Neves



MORAIS LEITÃO  
GALVÃO TELES  
SOARES DA SILVA

### PROGRAMA

- Abertura pelo Presidente da CDO – Dr. Fernando Carmo.
- Apresentação do tema – Dr. António Corte-Real.
- Debate aberto sobre o tema apresentado.
- Conclusões e orientações para o futuro.
- Entrega de Emblemas aos Associados (por antiguidade)
- Diversos
- Encerramento





# Abertura

Bom dia Caros Colegas. Vamos dar início ao nosso IX Encontro Nacional de Despachantes Oficiais. Queria antes de mais, dar-lhes as boas vindas e agradecer a vossa presença, Estamos aqui hoje com uma Agenda informal, mas com temas profundos e difíceis.

Gostaria a título introdutório do tema grande deste Encontro, que é, como sabem, a nova lei das Associações Públicas Profissionais, um tema controverso, que envolve a totalidade das Associações Públicas que existem e que vai provocar algumas modificações relevantes, para a forma do exercício da Profissão e para o modo de actuação para a própria Associação Pública Câmara dos Despachantes Oficiais.

Existem, sobre o tema, muitos pontos de interrogação que fazem com que, ao estarmos aqui, possamos de algum modo com a ajuda dos nossos colaboradores Jurídicos encontrar alguma luz ou, pelo menos, obtermos uma perspectiva do que poderá vir a ser o futuro ambiente de exercício das profissões, designadamente a nossa, enquanto profissão regulamentada.

Ainda lhes gostaria de dizer e para aqueles que não são da minha geração, que desde que comecei a dar os primeiros passos nesta atividade, sempre tivemos um horizonte mais ou menos cinzento, mais cinzento-escuro do que cinzento claro.

Vivemos hoje com dificuldades tal como o País inteiro, com o estado da economia Nacional, da economia da União Europeia e da economia Mun-



Dr. Fernando Carmo – Presidente da CDO

dial. As dificuldades são muitas, mas são num contexto completamente diferente que não nos envolvendo especificamente, faz em nós repercutir, as respectivas consequências. Até agora, vivemos um pouco iludidos, porque a exportação tem tido sucesso, tem crescido, tem havido movimento e algum trabalho.

Mas a verdade é que, talvez com excepção da situação vivida em 1982 que “a posteriori” se reconhece que foi resolvida com alguma facilidade porque os métodos utilizados foram diferentes, nunca vivemos momentos tão difíceis. Nessa altura a situação foi ultrapassada, apesar da aplicação de uma forte sobrecarga fiscal, sem cortes nos rendimentos das pessoas, o que permitiu uma muito mais rápida recuperação da economia. O nível de vida subiu, a vida foi mais difícil, mas as pessoas tinham no bolso mais ou menos os mesmos rendimentos que tinham antes e portanto com maior ou menor dificuldade.

Foram interagindo e a situação foi-se ultrapassando.

Hoje a terapia é completamente diferente. O que está a acontecer a nível internacional é exatamente o inverso. Estão a reduzir, estão a fazer empobrecer as pessoas o que, em consequência, traz a degradação da própria economia, com evidentes reflexos na nossa actividade, nas nossas vidas, nas nossas empresas, nos nossos trabalhadores. Fundamentalmente o que nos está a acontecer é uma forte diminuição do custo do factor trabalho.

Todos os dias somos pressionados para praticarmos preços mais baixos e os salários que temos de pagar são os mesmos. Cresce o desemprego, porque as empresas não aguentam a pressão e acabam, por fechar a porta, ou despedir. Alguma coisa tem de se fazer. É esta, digamos, a terapia que nos estão a aplicar e portanto a crise que estamos a viver traz-nos estas consequências.

Como agir do ponto de vista da gestão quanto aos nossos recursos humanos, aos nossos recursos financeiros e à nossa capacidade de trabalho e de resistência.?

Simultaneamente surge o célebre memorando da Troika, que serve de cobertura a tudo e mais alguma coisa.

Nele incluído, diz-se, é exatamente esta Lei das Associações Públicas que, pretendendo responder à filosofia acima referida, defende que as Associações Públicas são de algum modo um entrave à criação de emprego. Vejam se isto tem alguma lógica.

É apenas a perspetiva da sanha liberalizadora que sempre norteou a Comissão Europeia e a União Europeia. É neste contexto que defendem que, se

as Associações não fossem ou não tivessem um âmbito restritivo de acesso às profissões, então toda a gente podia criar empresas e emprego, mesmo sem preparação para o efeito. E agora pergunta-se, a Proposta de Lei em causa, é benéfica, ou não para nós?

Eu vou parar por aqui nesta introdução. Vamos assistir à apresentação do Sr. Dr. António Corte Real Neves, sobre o tema e depois conversaremos sobre quais serão as eventuais consequências do projeto.

Peço o favor da vossa atenção para o que vai ser explicitado pelo Dr. Corte Real Neves que connosco colabora nesta área. Há ou haverá um novo ambiente legislativo técnico-profissional, de que decorrerá a eventual transformação da nossa Câmara em Ordem e não só.

Abriremos assim um espaço para um alargado debate sobre aquilo que os meus queridos amigos quiserem. Não haverá restrições.

A Agenda é pouco formal e permite colocar as questões e discuti-las exaustivamente. Aprenderemos uns com os outros, porque ninguém conhece os contornos deste tema de forma clara e totalmente.

Bom, Caros Colegas, dou de seguida a palavra ao Sr. Dr. António Corte Real Neves, para nos apresentar o prato forte deste nosso Encontro – O Projeto de Lei sobre as Associações Públicas Profissionais.

Obrigado pela Vossa atenção.

# Apresentação do Tema

Sob o tema “*Nova Lei das Associações Públicas Profissionais – Consequências para a profissão dos Despachantes Oficiais*”, foram apresentadas, em *PowerPoint*, as principais alterações que o novo regime impõe bem como as consequências que das mesmas advêm para a classe. Esta *apresentação* – que se prolongou pelo resto da manhã – teve como propósito despertar na classe o significado e a importância das alterações que decorrem deste novo regime legal. No fundo, pretendia-se elencar as principais questões que o novo regime suscita para que as mesmas pudessem ser discutidas durante o debate da parte da tarde.

Dividida em três partes, a apresentação, teve então o seguinte «Sumário»:

1. O actual enquadramento legal da profissão;
2. A nova lei das Associações Públicas Profissionais;
3. Conclusões.

Recordando um pouco da história dos despachantes oficiais, é de destacar nesta primeira parte o actual reconhecimento da importância da profissão do despachante oficial, nomeadamente no facto de ser qualificada como uma *profissão regulamentada*.

Na segunda parte e depois de uma «*breve referência ao respectivo processo legislativo*» respeitante ao regime legal em aprovação, analisou-se o «*impacto do “novo*



Dr António Corte Real

*regime” na actividade da CDO*», abordando-se as principais temáticas que este novo regime estabelece. Aqui cumpre destacar, entre outras, a necessidade de adequar os órgãos estatutários da CDO, a promoção da plataforma electrónica, a proibição de fixação de “*números clausus*”, as formas de exercício da profissão (a título individual ou societário), o regime legal previsto para as sociedades de despachantes oficiais e a sujeição das Associações Públicas Profissionais à fiscalização do Tribunal de Contas.


No final da sua apresentação, o Dr. António Corte-Real Neves formulou as seguintes conclusões:


1. O Presente regime aplica-se à CDO.
2. O novo regime vai obrigar a alterações na esfera da CDO (e, consequentemente, na actividade dos Despachantes Oficiais);


3. O novo regime visa, claramente, instituir um maior controlo das APP;
4. MAS, e no essencial, estamos a crer não impedirá a CDO de se manter como uma Pessoa Colectiva de Interesse Público.»


De facto, considerando o alegado reconhecimento da profissão e do interesse público associado à actividade do despachante oficial é então evidente que a mesma manterá o estatuto de Pessoa Colectiva de Interesse Público.


MORAS LEITÃO GALVÃO TELES SOMERS DA SILVA	SUMÁRIO	
1. O ACTUAL ENQUADRAMENTO LEGAL DA PROFISSÃO		
2. A NOVA LEI DAS ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS PROFISSIONAIS		
3. CONCLUSÕES		

MORAS LEITÃO GALVÃO TELES SOMERS DA SILVA	2 – O impacto do “novo” regime na actividade da CDO	
a) Âmbito de aplicação do novo regime legal		
Artigo 1º (Objecto)		
<i>A presente lei estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.</i>		
MAS O QUE SÃO “ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS PROFISSIONAIS”?		

MORAS LEITÃO GALVÃO TELES SOMERS DA SILVA	2 – O impacto do “novo” regime na actividade da CDO	
a) Âmbito de aplicação do novo regime legal (CONT.)		
ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS PROFISSIONAIS SÃO:		
➤ Entidades (públicas) representativas de <u>profissões</u> que devam ser sujeitas a:		
(i) um controlo de acesso e exercício		
(ii) a um conjunto de normas técnicas		
(iii) a princípios e regras deontológicas		
(iv) a um regime disciplinar autónomo, por imperativo de tutela de interesse público de especial relevo		

MORAS LEITÃO GALVÃO TELES SOMERS DA SILVA	2 – O impacto do “novo” regime na actividade da CDO	
b) Atribuições das Associações Públicas Profissionais		
Entre outras, são consideradas como atribuições das APP, as seguintes:		
❖ A representação e a defesa dos interesses gerais da profissão;		
❖ A regulação do acesso e do exercício da profissão;		
❖ A concessão, em exclusivo, dos títulos profissionais das profissões que representem;		
❖ A concessão dos títulos de especialidade profissional;		

MORAS LEITÃO GALVÃO TELES SOMERS DA SILVA	2 – O impacto do “novo” regime na actividade da CDO	
b) Atribuições das Associações Públicas Profissionais (CONT.)		
❖ O exercício do poder disciplinar sobre os seus membros;		
❖ A colaboração com as demais entidades da Administração Pública na prossecução de fins de interesse público relacionados com a profissão;		
❖ A participação na elaboração da legislação que diga respeito ao acesso e exercício das respectivas profissões;		
❖ A participação nos processos oficiais de acreditação e na avaliação dos cursos que dão acesso à profissão;		

MORAS LEITÃO GALVÃO TELES SOMERS DA SILVA	2 – O impacto do “novo” regime na actividade da CDO	
c) Órgãos		
Bastonário / Presidente	Órgãos das APP	Órgão de Supervisão
Assembleia Representativa	Órgão Executivo Colegial	Órgão de Fiscalização (ROC)



# Debate

Nesta segunda parte do nosso Encontro falaremos então sobre o assunto desta manhã. Apenas como nota introdutória, gostava que soubessem que esta é uma realidade com a qual temos de nos debater.

Foram de seguida abordados e amplamente debatidos ,vários temas ,os quais sumariamente se referem:

- A nova proposta de Lei pegou nesta situação e veio acrescentar e estabelecer que a A P P pode representar mais que uma profissão desde que exista uma base comum de natureza técnica ou científica.
- Uma coisa são as Associações Publicas Profissionais outra são as Associações privadas, sejam elas comerciais, profissionais.
- Actividade dos Despachantes fora do país, a serem feitas essas declarações na União Europeia, está sujeito, enquanto Membro da Classe, às mesmas regras do ponto de vista disciplinador?
- A CDO já é uma Associação Publica Profissional, já é uma Pessoa Colectiva de Direito Publico, constituída com uns longos anos de história.
- A intromissão do Ministério Público na questão do poder disciplinar

- As sociedades devem ser sócias da CDO e não só o seu sócio Despachante .
- Como funciona a inscrição das sociedades comerciais nas associações.
- O profissional que presta serviços de forma subordinada no âmbito de sociedades profissionais nou- tro Estado
- Segredo profissional e eventual incompatibilidade com o dever de colaboração.
- A subordinação jurídica
- A estratégia

## Conclusões e Orientações

Terminada a brilhante exposição sobre a Proposta de Lei sobre as Associações Públicas Profissionais, em discussão na Assembleia da República e o proveitoso debate que se lhe seguiu, sem esquecer, o quanto tem vindo a ser executado pelo Conselho Directivo no sentido dos interesses da CDO e dos seus Associados, os Despachantes Oficiais reunidos no seu IX Encontro Nacional e em conformidade com a respectiva ordem





de trabalhos, aprovam por unanimidade, as seguintes conclusões e orientações:

## Conclusões

- 1 – De acordo com a Proposta de Lei em análise, nada impede que a CDO, continue a manter o Estatuto de Associação Pública Profissional,
- 2 – Nem obsta a que os Despachantes Oficiais prossigam no exercício de uma actividade regulamentada, como até agora acontece.

## Orientações

- 1 – Sem prejuízo de algumas alterações que têm de ser introduzidas nos actuais Estatutos da CDO e no próprio Estatuto dos Despachantes Oficiais, designadamente no respeitante ao seu actual regime societário,
- 2 – Não ignorando a bem conseguida estratégia que vem sendo posta em prática pelo Conselho Directivo da CDO, mas,
- 3 – Considerando o reduzido tempo, eventualmente disponível para umas e outras alterações,

- 4 – Entendem que as mesmas devem desde já ser equacionadas, de forma a que, se possível, sejam as mesmas previamente, apresentadas à Classe. Assim.

Congratulam-se com a realização deste Encontro, renovam o seu apoio à estratégia do Conselho Directivo, a quem incentivam a actuar no mesmo sentido, pelo que lhe expressam formalmente, um voto de confiança.

Fátima, 20 de Outubro de 2012





# Homenagem

Foram Homenageados, por antiguidade, com o emblema da CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS, os seguintes Colegas:



José Centeno  
*Emblema de Ouro*



António Simões Godinho  
*Emblema de Prata*



Fernando Gonçalves Dias  
*Emblema de Prata*



António Cadete  
*Emblema de Prata*



Morgado Macedo  
*Emblema de Prata*

# *Diversos*

Seguiu-se uma troca de informações sobre temas que, directa ou indirectamente, respeitam à actividade do Despachante Oficial e designadamente:

- **Auto factura.**
- **Iva em caixa.**
- **Protocolo de cauções “Express Bill”.**
- **Caução global de desalfandegamento .**
- **Divergência no Manifesto (SDS/STADA –EXPORTAÇÃO)**

# *Encerramento*

Em meu nome pessoal, na qualidade de presidente da Câmara dos Despachantes Oficiais, do respectivo Conselho Directivo e dos demais órgãos da nossa Câmara, pretendo agradecer, manifestando o meu regozijo, pela presença de tantos colegas e dos nossos colaboradores, com a certeza de que se tratou de uma muito útil sessão de trabalho, donde resultou a certeza de que continuaremos a saber dignificar a nossa herança.

Declaro encerrado o IX Encontro Nacional dos Despachantes Oficiais.

Muito obrigado

Fernando Carmo





# Listagem dos Despachantes Oficiais

ABÍLIO PEREIRA FERREIRA  
ACÁCIO AUGUSTO DOS SANTOS E SOUSA  
ACÁCIO FRANCISCO JOSÉ PINTO BASTOS REBELO  
ADELINO FERNANDO MARQUES PEREIRA  
ADELINO INFANTE GOUVEIA  
ADÉRITO NUNES MONTEIRO  
ADRIANO DE ALMEIDA VALENTE  
ADRIANO GOMES PINHAL  
AFONSO PINTO DE OLIVEIRA  
AGOSTINHO FRANCISCO DUARTE DE BRITO  
AIRES PEREIRA DA SILVA LAVOS  
ALBANO DE MAGALHÃES DA CUNHA GIL  
ALBERTO ALEXANDRE PAIS PIRES  
ALBERTO AUGUSTO DA COSTA  
ALBERTO CARLOS MARGALHO COUTINHO  
ALBERTO FARINHA RODRIGUES  
ALBERTO JOSÉ DE SERPA TELLO DE CASTRO  
ALBERTO JOSÉ VIEIRA  
ALBERTO PIRES BAPTISTA  
ALBINO FERREIRA DE QUEIRÓS  
ALBINO MARTINS DOS REIS PRATA  
ALEXANDRE ARTUR OERTEL VIEIRA LOBO  
ALFREDO BARBOSA DA FONSECA  
ALFREDO DA CONCEIÇÃO GARRIDO  
ALFREDO MARTINS GONÇALVES DE AZEVEDO  
ALFREDO DOS SANTOS MELLA  
ALFREDO SOARES FERREIRA  
ÁLVARO ADELINO GOMES DE ANDRADE  
ÁLVARO FERNANDES CASTELA  
ÁLVARO JOAQUIM DOS SANTOS PAULA DOS REIS  
ÁLVARO TEVES FRANCO DE LEMOS  
AMÂNDIO JOAQUIM DA SILVA PEIXOTO  
AMÉRICO CARRETERO GOMES DE AGUIAR  
ANA ISABEL MOREIRA DE FERREIRA  
ANDRÉ FILIPE PRATA DE LIMA DE SOUSA PINTO  
ANGELO ROSA PIRES  
ANIBAL JOSÉ ANDRADE FERNANDES DA SILVA  
ANSELMO HENRIQUE DUARTE COUTO  
ANTÓNIO ABEL CORUJEIRA  
ANTONIO ADELINO TEIXEIRA MOREIRA  
ANTÓNIO BARBEDO VIEIRA TINOCO  
ANTÓNIO BRAGA BARROS  
ANTÓNIO CARLOS COSTA LEAL  
ANTÓNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL  
ANTÓNIO COELHO BARBOSA  
ANTONIO DIOGO CAVACO  
ANTÓNIO DULCÍDIO DA COSTA ALMEIDA  
ANTONIO FELICIANO MEDEIROS CALDEIRA  
ANTONIO FERNANDES  
ANTÓNIO FERNANDES DE ABREU  
ANTÓNIO FERNANDO CRISTINA CRUZ E FERRO  
ANTONIO FERNANDO DE FREITAS E SILVA PINTO  
ANTÓNIO FERNANDO PINTO DE ANDRADE  
ANTÓNIO GIL TADEU  
ANTÓNIO JOAO FLORINDO CADETE  
ANTÓNIO JOAQUIM DE CAMPOS CARVALHO  
ANTÓNIO JOAQUIM DA CUNHA LOPES

ANTONIO JOAQUIM MENDONÇA FERREIRA  
ANTÓNIO JOAQUIM NEVES MATIAS  
ANTÓNIO JOAQUIM SOARES FERREIRA  
ANTÓNIO JORGE MONTEIRO MARTINS ALVES  
ANTÓNIO JOSÉ CAMPOS CORUJEIRA  
ANTÓNIO JOSÉ DELGADO CHAVEIRO  
ANTÓNIO JOSÉ GOMES DA SILVA DUARTE  
ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS PATRÍCIO  
ANTONIO JOSE SIMOES DE ALMEIDA  
ANTÓNIO LUÍS MOREIRA DIAS  
ANTÓNIO LUÍS SANCHES LUÍS  
ANTÓNIO MANUEL DE BARROS RODRIGUES  
ANTÓNIO MANUEL BRAGANÇA RIJO  
ANTONIO MANUEL RODRIGUES FERNANDES  
ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS LADEIRAS  
ANTÓNIO MARIA MAGRO ROSA  
ANTÓNIO MENDES DUARTE  
ANTÓNIO MIGUEL CONDEÇA BAIÃO  
ANTÓNIO MIGUEL NOGUEIRA CARDOSO  
ANTÓNIO MIGUEL DOS SANTOS RODRIGUES FERNANDES  
ANTÓNIO MOREIRA DA COSTA RAMOS  
ANTONIO MORGADO MACEDO  
ANTÓNIO NEVES PINTO  
ANTÓNIO OLIVEIRA RIBEIRO  
ANTÓNIO DE OLIVEIRA RODRIGUES CIRNE  
ANTÓNIO PEREIRA DA CUNHA  
ANTONIO PEREIRA LOPES  
ANTÓNIO DA ROCHA TEIXEIRA  
ANTÓNIO RODRIGUES MARQUES  
ANTÓNIO ROSA NUNES  
ANTONIO ROSA DOS SANTOS  
ANTÓNIO SARAIVA VILAÇA  
ANTÓNIO DA SILVA MARTINS CARNEIRO  
ANTÓNIO DA SILVA PRATES  
ANTÓNIO SIMÕES GODINHO  
ANTONIO SIMOES DA SILVEIRA  
ANTONIO DA VEIGA FREIRE  
ARLINDO ANTONIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA  
ARLINDO NUNES CASTELÃO  
ARMANDO LUÍS BORGES MESQUITA  
ARMANDO RIBEIRO DE ANDRADE  
ARMANDO DA SILVA AMARAL  
ARMENIO SIMOES DA SILVEIRA  
ARMINDO DA CONCEIÇÃO ESPERANÇA  
ARMINDO CORREIA LEITE  
ARTUR JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA DA VINHA  
ARTUR MARQUES RODRIGUES  
ATILIO LOURENÇO MESQUITA GUERRA  
AUGUSTO ISMAEL BEIRÃO VIEIRA  
AVELINO PEIXOTO FEIO DE AZEVEDO  
AVELINO RIBEIRO DOS SANTOS VEIGA  
BALTAZAR RODRIGUES PEDROSA E CASTRO  
BASÍLIO ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA  
BELARMINO FERNANDES JOAQUIM  
BENJAMIM VALENTE

BERNARDINO GERALDES DOS SANTOS  
BERNARDO MARIA DE SOTTOMAYOR NEUPARTH  
BERTO MONTEIRO DE OLIVEIRA  
CAMILO ARMANDO DE SOUSA OLIVEIRA  
CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA  
CANDIDO JOSE MENDES MAURICIO  
CARLOS ALBERTO BALEIA MATIAS  
CARLOS ALBERTO BAPTISTA MARTINHO  
CARLOS ALBERTO DA COSTA MARQUES  
CARLOS ALBERTO COSTA RIBEIRO COUTO  
CARLOS ALBERTO DIAS AMADO  
CARLOS ALBERTO DIAS VAZ DE MEDEIROS  
CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES  
CARLOS ALBERTO LOPES CORREIA  
CARLOS ALBERTO PEREIRA FERNANDES  
CARLOS ALBERTO ROCHA ALVES  
CARLOS ALBERTO ROSA DOS SANTOS  
CARLOS ALVES COELHO FARIA  
CARLOS ANTÓNIO CHAMBERS DE SOUSA PINTO  
CARLOS CIPRIANO DA COSTA  
CARLOS JORGE ILHA GUEDES DA SILVA  
CARLOS JORGE DOS SANTOS RODRIGUES  
CARLOS LUIS PEREIRA  
CARLOS MANUEL DO AMARAL VIDEIRA  
CARLOS MANUEL CORREIA MARQUES  
CARLOS MANUEL DAMAS PELADO  
CARLOS MANUEL GÓIS DOS SANTOS  
CARLOS MANUEL PEREIRA DOS REIS  
CARLOS MANUEL PONTE JÚLIO  
CARLOS MANUEL ROSA CARDOSO DIAS  
CARLOS PEREIRA DA SILVA  
CARLOS ROBERTO DE VILHENA DE OLIVEIRA DE ANDRADE BOTELHO  
CELESTINO PEDRO RAMOS  
CESÁRIO GUILHERME FERREIRA  
CLAUDEMIR DE MAGALHÃES GUEDES DA SILVA  
DANIEL COSTA RODRIGUES  
DANIEL DOS SANTOS BRANCO VASCO  
DANIEL DA SILVA BASTOS  
DAVID MANUEL DE ABREU  
DAVID MANUEL BASÍLIO DE PINHO  
DELFIN LEITE DA COSTA OLIVEIRA  
DELFIN MANUEL DA COSTA OLIVEIRA  
DIOGO ALBERTO CASAIS FERNANDES MAGALHÃES  
DOMINGOS ANTÓNIO NEVES PINTO  
DOMINGOS MONTEIRO XAVIER  
DUARTE VELADA ROSADO  
EDMUNDO JOSÉ DIAS DOS SANTOS  
EDUARDO FILIPE DE ANDRADE CONRADO  
EDUARDO JOSÉ DE SOUSA  
EDUARDO MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA  
EDUARDO MANUEL CHAMINÉ POÇAS FERREIRA  
EDUARDO MARTINHO CONCEIÇÃO  
EDUARDO DA SILVA RANGEL  
ELEUTERIO DA CRUZ SERRANO

ELISIO NOGUEIRA CARDOSO  
EMÍLIO LUÍS CARVALHO DE ALMEIDA  
EMILIO MANUEL DA SILVA CORRÊA  
ERNESTO MANUEL OLIVEIRA DA SILVA RELVAS  
EURICO ARNALDO DE SOUSA E MENEZES  
FELISBERTO DUARTE FERREIRA DA SILVA  
FERNANDA MARIA RIBEIRO CASTANHEIRA MENDES  
FERNANDA DA SILVA ARAÚJO  
FERNANDO ALBERTO DOS SANTOS LOYO  
FERNANDO ALFREDO DOS SANTOS GONÇALVES  
FERNANDO DE ALMEIDA MOUTA  
FERNANDO DE ALMEIDA NOGUEIRA  
FERNANDO ANTÓNIO AMARO DOS SANTOS  
FERNANDO AUGUSTO CARDOSO MOREIRA  
FERNANDO BENTO DOS SANTOS MARQUES  
FERNANDO CARLOS DE ALMEIDA PINHEIRO  
FERNANDO CARLOS DOMINGUES DA CERVEIRA PINTO  
FERNANDO CARVALHO PEIXOTO  
FERNANDO CÉSAR BATALHA LOPES PEDROSA  
FERNANDO DIAS MOREIRA  
FERNANDO DIAS DOS SANTOS  
FERNANDO DUARTE FERREIRA BARATA  
FERNANDO DA ENCARNAÇÃO CARRILHO  
FERNANDO EUGENIO DE ABREU  
FERNANDO GONÇALVES DIAS  
FERNANDO JORGE FERNANDES DA CERVEIRA PINTO  
FERNANDO JOSÉ PINTO COELHO  
FERNANDO JOSÉ DA SILVA PINTO COELHO  
FERNANDO LOPES ROSA  
FERNANDO LUÍS SILVA TAVARES  
FERNANDO MANUEL DO CARMO  
FERNANDO MANUEL CARVALHO ALMEIDA  
FERNANDO MANUEL FERREIRA CARDOSO  
FERNANDO MANUEL RIBEIRO DE CASTRO  
FERNANDO MANUEL RIBEIRO DA COSTA  
FERNANDO MANUEL DA SILVA PEREIRA CANASTRO  
FERNANDO MANUEL DE SOUSA DOS SANTOS CLAUDINO  
FERNANDO MARIO FERREIRA BICHO  
FERNANDO DE OLIVEIRA DOMINGUES  
FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA  
FERNANDO DO REGO DE AMORIM  
FERNANDO REIS DINIZ  
FERNANDO SÉRGIO SILVA REIS CARMO  
FERNANDO VENTURA LAGE  
FRANCISCO ANTÓNIO VAZ RATO VIDINHA  
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA  
FRANCISCO MANUEL TEIXEIRA QUINTAS  
FRANCISCO DE PAULA DE ALMEIDA TAVARES DE SENA  
FRANCISCO VARANDAS FERNANDES  
GABRIEL CESAR DAS NEVES COELHO  
GRAÇA MARIA NASCIMENTO VILHENA  
GUILHERME DE JESUS ESTRIGA ARRANHADO  
GUILHERME JOSÉ AZEVEDO MESQUITA  
HAMILTON MANUEL DE OLIVEIRA MARQUES MAIO  
HÉLDER MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA  
HÉLIO MAURI CARVALHO PEREIRA  
HENRIQUE CARLOS CANELAS DE OLIVEIRA  
HENRIQUE JOSE DO CARMO TEIXEIRA GRÁCIO  
HERCULANO JOSÉ POMBINHO  
HERMÍNIO JOSÉ MONTEIRO CAETANO  
HERNANI JOSE SANTANA DA CONCEIÇÃO  
HILÁRIO RODRIGUES PACHECO

HUMBERTO HILARIO PINTO  
HUMBERTO RESENDES DE MELO  
ILDA MARIA DE JESUS MONTEIRO  
IVO CANDEIAS ANICETO  
IVONE CARLA DOS SANTOS MIRANDA BRANCO VASCO  
JACINTO CABRAL TRAVASSOS  
JAIME CASTANHEIRA MENDES CORREIA  
JAIME SIMÃO CARNEIRO  
JERONIMO GONÇALVES PEREIRA ANTUNES  
JOAO ALVES FEVEREIRO  
JOAO ANTONIO DA SILVA ALMEIDA  
JOAO ANTONIO DE SOUSA  
JOÃO AUGUSTO LOPES PALA  
JOAO BALTAZAR SILVA CARMONA  
JOAO BARATA FERNANDES  
JOAO CARLOS FREIRE DE OLIVEIRA  
JOÃO CARLOS PESSOA ALVES GARCIA  
JOAO CARLOS RIBEIRO DE SOUSA MAGALHÃES  
JOAO CARLOS DA SILVA MELO DE SOUSA  
JOÃO DA CRUZ TEIXEIRA GONÇALVES  
JOÃO EMÍLIO PIMPÃO CARQUEIJA  
JOAO GUILHERME PEREIRA RODRIGUES  
JOAO HERCULANO RIBEIRO DE ARAGAO  
JOÃO JOAQUIM MARTINS CASTANHEIRA  
JOAO JORGE SILVA DE LA FERIA  
JOAO JOSE FERREIRA DE MOURA BOTAS  
JOAO JOSE LORDELO TEIXEIRA  
JOÃO JOSÉ ROSA GUERRA  
JOAO LUCIO DA COSTA LOPES  
JOAO LUIS FERNANDES FERREIRA  
JOAO LUIS MANTA PEREIRA  
JOAO LUIS DA SILVA LEMOS VALENTIM  
JOÃO LUÍS DE SOUSA ABREU  
JOAO MANUEL DE LIMA CASQUEIRO HADERER  
JOAO MANUEL DE OLIVEIRA COUTO  
JOÃO MANUEL PARREIRA MOURA MARQUES  
JOAO MANUEL PIRES  
JOÃO MANUEL RIBEIRO SOBERANO  
JOÃO MANUEL RIBEIRO TEXUGO DE SOUSA  
JOAO MARGARIDO CRUZ PINTO DOS REIS  
JOAO MARIA DO CARMO GOMES PELOTAS  
JOAO MARIA MARTINS BAIONETO  
JOAO MENDONÇA CORREIA  
JOAO PAULO SALGADO FERNANDES LOPES  
JOÃO PEDRO NEVES DA CUNHA FERREIRA  
JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA PARALVA  
JOÃO PEDRO SANTOS DE ALMEIDA  
JOÃO ZULMIRO FERREIRA DE OLIVEIRA  
JOAQUIM ANTÓNIO FERREIRA DE MATOS  
JOAQUIM ANTONIO LOPES BRAGA  
JOAQUIM ANTÓNIO NUNES REBORDÃO  
JOAQUIM DE BRITO MENDES  
JOAQUIM CARDOSO CORREIA  
JOAQUIM FERNANDES DE ABREU  
JOAQUIM GALEGO BRANCO ALAS  
JOAQUIM JOSE PARREIRA FRAGOSO  
JOAQUIM DE LIMA MOREIRA VAZ  
JOAQUIM MARIA DA COSTA  
JOAQUIM MARQUES  
JOAQUIM MIGUEL ALMEIDA COSTA  
JOAQUIM ROSA GONÇALVES  
JOEL PENEDO MARQUES DUARTE  
JORGE AFONSO CARDOSO FERREIRA PINTO DE OLIVEIRA  
JORGE ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA  
JORGE BARNABÉ ALEMAO REBELO  
JORGE LEAL REBELO VIEIRA

JORGE MANUEL DE ARAUJO TEIXEIRA  
JORGE MANUEL FRANCO RODRIGUES BARATA  
JORGE MANUEL SARAIVA BRANDAO  
JORGE MANUEL DA SILVA FERREIRA DE BRITO  
JORGE MARTINS DIONISIO  
JORGE MOREIRA RAPOSO  
JORGE PRIMO PINTO SOROMENHO  
JOSÉ AGOSTINHO RODRIGUES JORGE  
JOSE ALBERTO CAMPOS COSTA  
JOSE ALFREDO SILVA AGULHEIRO  
JOSÉ ANTÓNIO FERNANDES FERREIRA  
JOSÉ ANTÓNIO MARQUES ANTUNES  
JOSE ANTONIO DOS SANTOS RUIVINHO  
JOSE ANTONIO DA SILVA QUINTAS  
JOSÉ ANTÓNIO SOARES ARRUDA  
JOSE AUGUSTO CABO VERDE MENDES  
JOSE AUGUSTO LOURO ESPERANÇA  
JOSE AUGUSTO RODRIGUES GOMES  
JOSE AUGUSTO DA SILVA PATO  
JOSE BARROS DA ROCHA  
JOSE CARLOS CARRILHO PINTO  
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA LEITÃO  
JOSE CARLOS DA SILVA FILIPE  
JOSE EDUARDO LEAL MOITA  
JOSE FERNANDO FERREIRA MARTINS  
JOSÉ FERNANDO DE JESUS TEIXEIRA DOMINGUES  
JOSE FERNANDO PINTO DE ALMEIDA OLIVEIRA  
JOSE FERREIRA DE MORAIS ANTAS  
JOSÉ FILIPE ROBALO  
JOSE DA FONTE E CASTRO  
JOSÉ GATO DOS SANTOS  
JOSÉ DA GRAÇA CARRILHO MATOS  
JOSE HENRIQUES DOS SANTOS  
JOSE INACIO DA COSTA LOPES JUNIOR  
JOSÉ INÁCIO RAMADA LEITE COSTA LOPES  
JOSÉ DE JESUS DOS SANTOS ROSA  
JOSE JOAO BRAS MATIAS  
JOSE JOAO RODRIGUES CENTENO  
JOSÉ JÚLIO ROMA DE ANDRADE  
JOSE JUSTINO VEIGA DA SILVA  
JOSÉ LAMEIRAS DE SOUSA  
JOSE LUIS DA CONCEIÇÃO RODRIGUES LEMOS  
JOSÉ LUÍS MARTINS DE FREITAS  
JOSE LUIS OLIVEIRA QUELHAS  
JOSE LUIS PINHO FERREIRA  
JOSE MACHADO MIRANDA  
JOSE MACHADO DA SILVA  
JOSE MANUEL DE ALMEIDA MARQUES  
JOSÉ MANUEL BAPTISTA TECEDERO  
JOSE MANUEL DINIZ MARIA  
JOSÉ MANUEL GUIMARÃES DA COSTA  
JOSÉ MANUEL HENRIQUES FORTUNATO  
JOSE MANUEL DE LEMOS MARQUES SOBREIRO  
JOSE MANUEL DA LUZ MARANHAS  
JOSE MANUEL MENDES DE CARVALHO  
JOSE MANUEL PEIXOTO PAIS  
JOSE MANUEL DOS SANTOS DE MORAIS ANTAS  
JOSÉ MANUEL DA SILVA CRISTÓVÃO  
JOSE MANUEL DA SILVA GONÇALVES SOBRAL  
JOSÉ MANUEL VIEIRA RIBEIRO  
JOSE MARIA ALVES MARTINS DOS SANTOS  
JOSE MARIA GODINHO ESPIRITO SANTO  
JOSE MARIA DA SILVA SOARES RIBEIRO  
JOSÉ MARIANO LAPA BATISTA  
JOSE MIGUEL DA SILVA COSTA  
JOSE DO NASCIMENTO CANDEIAS CUSTODIO  
JOSE OSCAR DE MACEDO ALVES  
JOSE RAMOS MARTINS

JOSE RIBEIRO ALVES  
JOSE DA ROCHA MONTEIRO  
JOSE RODRIGUES SOARES  
JOSÉ SANTOS FERREIRA  
JOSÉ DA SILVA DEVEZAS  
JOSÉ DA SILVA NUNES  
JOSÉ SILVINO MAGALHÃES DE SOUSA  
JOSE VIDEIRA MARQUES  
JOSÉ VIEIRA FERNANDES PALHA  
JÚLIO ADELINO ALVES NOGUEIRA  
JULIO ANTONIO ASCENÇÃO CACHAPA  
JULIO DINIS ESTEVES PEREIRA  
JÚLIO VARELA MONTEIRO CONCEIÇÃO  
LUCÍLIA MARIA CRISTÓVÃO NUNES DE JESUS  
LUDGERO AGOSTINHO LUIS  
LUÍS ALBERTO BARROS DA SILVA  
LUIS AMANDIO DUARTE DA SILVA BOUCEIRO  
LUIS ARTUR PEREIRA DE ALMEIDA  
LUÍS AUGUSTO ALMEIDA NOGUEIRA  
LUIS AUGUSTO DUARTE  
LUIS DE DEUS  
LUÍS DUARTE DOS SANTOS RAFAEL NUNES  
LUIS FERNANDO DA VEIGA PIRES  
LUIS FILIPE ENGENHEIRO DOS SANTOS  
LUÍS FÍLIPE ROCHA RODRIGUES  
LUIS FILIPE DOS SANTOS LANÇA DA SILVA GOMES  
LUIS FILIPE DE VILHENA DE ANDRADE BOTELHO  
LUIS DE JESUS RODRIGUES  
LUÍS JORGE XAVIER RIJO  
LUIS MANUEL JESUS DA COSTA  
LUÍS MANUEL DA SILVA MESSIAS  
LUÍS MATEUS CANHOTO ANDRADE  
LUIS ORNELAS GLÓRIA  
LUIS SILVA DA CUNHA GONZAGA  
LUIS VALDOMAR DA SILVA SANTOS PEDROSA  
MANUEL AIRES BRILHANTE SOBRAL  
MANUEL ALVES SIMOES  
MANUEL ANTERO PEREIRA DOS SANTOS  
MANUEL ANTONIO LADEIRAS  
MANUEL ANTUNES DO AMARAL  
MANUEL AUGUSTO ADRIANO MAYER RAPOSO  
MANUEL AUGUSTO ROCHA  
MANUEL AUGUSTO DE SOUSA PEREIRA  
MANUEL DUARTE MEIRELES BELEZA DE ANDRADE  
MANUEL FELISBERTO DA ENCARNACÃO  
MANUEL FERNANDES TAVARES  
MANUEL FERNANDO BRAGANÇA RIJO  
MANUEL FERNANDO CARVALHO PEIXOTO  
MANUEL FERNANDO LOPES  
MANUEL FERNANDO PEREIRA CRESPO  
MANUEL FERREIRA DE MORAIS ANTAS  
MANUEL JOAO REISINHO BELEZA DE ANDRADE  
MANUEL JOAQUIM DE AMORIM NUNES  
MANUEL JORGE AZEVEDO SOUSA  
MANUEL JORGE DOMINGUES TEIXEIRA  
MANUEL JOSE SOUSA SOUTO DEL RIO  
MANUEL LIMA MONTEIRO  
MANUEL LUIS DA SILVA CUNHA E COSTA  
MANUEL MARQUES DE SOUSA  
MANUEL MARTINS LEAL DA COSTA  
MANUEL MONTEIRO DA SILVA  
MANUEL MOREIRA PINTO  
MANUEL OLIMPIO EVANGELISTA PASSOS RAMOS  
MANUEL PEDRO VIEIRA FONTES  
MANUEL RAUL GOUVEIA TEIXEIRA  
MANUEL DOS SANTOS PEREIRA  
MANUEL VICENTE COELHO DE ALMEIDA  
MARIA JULIA AMARO FERNANDES DE CARVALHO

MARIA MADALENA DOS SANTOS NOGUEIRA  
CARACOL  
MARIO ALCINO MENDES DE OLIVEIRA  
MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE  
MARIO AUGUSTO DE AGUIAR BARRELA  
MARIO AUGUSTO NETO BARROCA  
MARIO CELESTINO DE FREITAS DUARTE  
D'ALMEIDA  
MARIO FERNANDO BAPTISTA DA COSTA  
MARIO FERNANDO DA SILVA SIMOES  
MARIO NUNES MENDES  
MARIO DE SOUSA FERREIRA DE BRITO  
MARIO DE SOUSA GONÇALVES  
MARIO VASCO CANHAO PAIXAO  
MILITAO ANTONIO MONTEIRO CANDEIAS  
NELSON AUGUSTO LOPES BATALHA  
NELSON OSCAR DE SOUSA PINTO  
NORBERTO DIAS DOS SANTOS  
NUNO AFONSO CARDOSO FERREIRA PINTO DE  
OLIVEIRA  
NUNO GABRIEL FERREIRA DE MESQUITA PIRES  
NUNO MANUEL MORENO DE EÇA BRAAMCAMP  
NUNO DE MESQUITA GABRIEL DOS SANTOS PIRES  
ORBÍLIO AUGUSTO GONÇALVES LOPES  
ORLANDO ESPIRITO SANTO ALVARES  
ORLANDO JORGE FERREIRA CARNEIRO ZAGALO  
ÓSCAR CARNEIRO JALES  
OSCAR FERNANDO VALENTE VELUDO  
PAULA MARIA RAMADA LEITE DA COSTA LOPES  
SANTOS VICENTE  
PAULO JORGE DUARTE CORREIA  
PAULO JORGE DE GUSMÃO TEIXEIRA  
PAULO JORGE MAIO DE ANDRADE  
PAULO JORGE MENDES PIRES  
PAULO JOSE BORGES DE LIMA  
PAULO RICARDO FIGUEIRA FERREIRA  
PAULO RUI FELIX VARGAS DA COSTA  
PAULO SÉRGIO DOS SANTOS GOUVEIA  
PEDRO ANTÓNIO MONTEIRO DA FONSECA  
PEDRO AUGUSTO ANTUNES SILVA  
PEDRO MANUEL BALTAZAR FONTOURA  
PEDRO MIGUEL DOS SANTOS GASPAR AMARAL  
QUINTINO COSTA VELHO  
REINALDO LUCAS DE CARVALHO  
RICARDO JOAQUIM DE VASCONCELOS PEIXOTO  
GUIMARAES  
RUI ACACIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA  
RUI ALBERTO DA SILVA SIMOES  
RUI ALBERTO VENTURA MANGERIÇÃO  
RUI ALEXANDRE LEITAO DA ANUNCIAÇÃO  
RUI FILIPE CASTELA RAMOS PEREIRA  
RUI HELDER DA COSTA SANTOS  
RUI JOAQUIM AZEVEDO PEREIRA  
RUI JOSÉ AZEVEDO DE OLIVEIRA  
RUI MANUEL MARTINS RIBEIRO  
RUI MENDES FERREIRA  
RUI PAULO DOS SANTOS CASIMIRO  
RUI SOARES FERNANDES  
SALVADOR MARTINS FERREIRA  
SANDRA ISABEL FERREIRA LOPES  
SECUNDINO CRISTÓVÃO BARBOSA ALVES DE  
QUEIRÓS  
SÓNIA CRISTINA RIBEIRO ALVES FEVEREIRO LATAS  
TEODORO JOSÉ MIGUEL LEOTE  
TERESA DIAS VIDINHA  
VALDEMAR LUIS DA COSTA  
VASCO DE ALMEIDA  
VASCO CANTARILHO DA CONCEIÇÃO VERDES

VICTOR HUGO LEMOS DA COSTA ANTUNES  
VITOR HUGO CÂNDIDO DUARTE  
VITOR MANUEL ALVES RAMOS DOS SANTOS  
VITOR MANUEL DOS SANTOS MARQUES  
ZACARIAS MALHEIRO DA SILVEIRA  
ZELIO MANUEL MOTA DE CARVALHO

### NOVOS DESPACHANTES

PEDRO ANTÓNIO MONTEIRO DA FONSECA  
PEDRO MIGUEL DOS SANTOS GASPAR AMARAL  
ANA ISABEL MOREIRA DE FERREIRA  
LUÍS FÍLIPE ROCHA RODRIGUES

### SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO

ANTÓNIO VITAL D'ALMEIDA ROSADO  
SIMÃO PEDRO FERREIRA CABRAL NEVES  
JOSÉ AUGUSTO ALVES BARROSO MANTA PEREIRA

### DISCIPLINAR – SUSPENSÃO DE ACTIVIDADE

JOAO MARGARIDO CRUZ PINTO DOS REIS  
JOAO LUIS MANTA PEREIRA

### DESPACHANTES FALECIDOS DURANTE O ANO

3 – José de Paiva Lima  
D.N – 10.02.1922  
D.F – 10.06.2011

183 – José António Guedes Vaz  
de Sá Carneiro  
D.N. – 19.03.1927  
D.F. – 08.01.2012

228 – Carlos Alberto de Oliveira Duque  
D.N. – 15.02.1941  
D.F. – 20.01.2012

484 – Carlos Manuel Rolo Beato  
D.N. – 17.08.1953  
D.F. – 01.02.2012

128 - Joaquim Teixeira Carvalho Brites  
DN – 07.05.1937  
DF – 19.02.2012

4 – José Henriques Fernandes Lopes  
D.N. – 26.04.1920  
D.F. – 18.04.2012

121 – Augusto Martins Viegas  
D.N. – 02.03.1933  
D.F. – 02.06.2012

161 - Fernando de Sousa Lopes  
DN – 10.01.1945  
DF – Junho de 2012

123 – Fernando Moraes de Almeida Aguiar  
D.N. – 15.12.1928  
D.F. – 23.10.2012

42 – Rui Pereira Pato  
D.N. – 04.04.1933  
D.F. – 27.10.2012

286 – Castor Joaquim Caldeira Santana  
D.N. – 03.01.1943  
D.F. – 17.11.2012

# *Internacional*

Se formalizó la fundación de la Organización  
Mundial de Agentes de Aduana. (OMAA) /  
World Custom Brokers Organization. (WCBO)



**CONSTITUIDA EM LISBOA A ORGANIZAÇÃO  
MUNDIAL DE DESPACHANTES OFICIAIS**



Reunidos em Assembleia Plenária no dia 19 de Março de 2012 na sede da Câmara dos Despachantes Oficiais, formalizou-se a constituição da WORLD CUSTOM BROKERS ORGANIZATION (WCBO), / ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE AGENTES DE ADUANA (OMAA) a qual tem por objectivo primeiro a coordenação entre os seus membros para exercer a defesa dos direitos e interesses dos Profissionais Agentes de Aduana ou Despachantes Oficiais .

A associação congrega desde logo a Câmara dos Despachantes Oficiais (Portugal), o Consejo General de Colegios de Agentes de Aduanas (Espanha), A ASAPRA (Federação de Associações de Despachantes Ibero-Americana), a CONNAAC (Federação de Associações de Despachantes das Caraíbas), a ADUANDES (Federação das Associações de Despachantes dos Países Andinos) e a ODASUR (Federação das Associações de Despachantes dos Países do Mercosul).

Estas associações decidiram unir os seus esforços no sentido de lutar pela protecção e promoção da actividade dos despachantes oficiais em todo o mundo, face às varias tentativas despoletadas nos últimos dois a três anos, para considerar o despachante como um obstáculo ao desenvolvimento do comércio internacional.

Na reunião de 19 de Março, foram também eleitos os primeiros dirigentes desta associação, tendo o Conselho Directivo ficado constituído por:

Presidente: Fernando Carmo

Primeiro Vice-presidente: Alfonso Rojas González de Castilla, com encargo da área Finanças.

Vice-presidente pelas Américas: Jorge Rivera.

Vice-presidente pela Europa: Mario de Matos Oliveira.

Secretario General: Oscar Ramos Valverde.



(Da esq p/ dir: O. Ramos, G. Naz, G. López, C. Valenciano, A. Ramos, F. Carmo, L. Olivares, M. de Matos Oliveira, R. Casimiro y J. Rivera)



# *Refletindo*

Diz o Povo e com razão que “chover no molhado” não tem qualquer utilidade.

Não vamos pois alinhar nas considerações do dia-a-dia, sobre o estado do nosso País.

Dizia Henry Thoreau que, para dizer a verdade, bastam duas pessoas, uma que fale e outra que escute.

Em Portugal, tal não é possível.

A catadupa de comentadores e dos agora denominados politólogos, a maior parte das vezes, em absoluta contradição, nem deixam...ouvir e muito menos compreender.

Somos o que somos e dessa forma temos que viver.

Há que encarar o presente e só o presente interessa.



A nós, cabe-nos a tarefa de exercer a nossa actividade, sempre e com cada vez maior qualidade, assim contribuindo com a nossa parte, para o todo nacional em que nos integramos.

Do Futuro, falaremos quando e se lá chegarmos...

Fernando Carmo



TRÂNSITO INTERNACIONAL · SERVIÇOS ADUANEIROS  
ENTREPOSTAGEM · CONSULTORIA · REPRESENTAÇÃO  
DOCUMENTAÇÃO VITIVINÍCOLA



**LADEIRAS & MACHADO**

**LADEIRAS & MACHADO - DESP. OFICIAIS, LDA**

**PORTO** → LEIXÕES Rua Direita, 9  
4450-652 Leça da Palmeira - PORTUGAL  
TEL. +351 229 996 760 FAX +351 229 958 686  
MAIL. ladeiras.machado@mail.telepac.pt

**RÉGUA** Rua dos Camilos - Ed. Columbano, 1.ª Salas S e T  
5050-272 Peso da Régua - PORTUGAL  
TEL. +351 254 323 065 FAX +351 254 323 069



**MUNDESTRA**

**MUNDESTRA (PORTO)**  
CONSIGNAÇÕES, FRETAMENTOS E TRÂNSITOS, LDA

Rua Joaquim Dias Salgueiro - Armazém 11  
4470-777 Vila Nova da Telha  
PORTUGAL  
TEL. +351 229 996 600 FAX +351 229 996 609  
MAIL. mundestra@mail.telepac.pt



**LADEIRAS  
DOURO**

**LADEIRAS (DOURO)**  
ENTREPOSTOS E TRÂNSITOS, LDA

**SEDE** Rua dos Camilos - Ed. Columbano, 1.ª Salas S e T  
5050-272 Peso da Régua - PORTUGAL  
TEL. +351 254 323 065 FAX +351 254 323 069  
MAIL. ladeirasdouro@sapo.pt

**DELEGAÇÃO** → LEIXÕES Rua Direita, 9  
4450-652 Leça da Palmeira - PORTUGAL  
TEL. +351 229 996 760 FAX +351 229 958 686  
MAIL. ladeiras.machado@mail.telepac.pt



**CÂMARA  
DOS DESPACHANTES  
OFICIAIS**



**IFCBA**

International Federation of Customs  
Brokers Associations



**CLECAT**

Associação Nacional de Despachantes Oficiais do Brasil



**CONFIAD**

Confederação Internacional  
de Despachantes Oficiais



**ASAPRA**



**OMAA**

Associação Nacional de Despachantes Oficiais do Brasil